



MENSAGEM DE ANO NOVO DE SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO
E DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA,
ENGENHEIRO JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

1990 — “ANO DO III CONGRESSO DO PARTIDO E DA
AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA”

LUCIO LARA

LUIS DE ALBUQUERQUE CAMARADAS E COMPATRIOTAS



O ano de 1989, que
desenvolvimento de
rios, que pretende
internacionais e de
A África Austral, pr
modo internacional
e cultura e a conclu
de 1988. Em result
Independência e
indiar, com influ
Moçambique e de África do Sul.

A mudança para a Paz e a estabilidade é indispensável à
transformações políticas nos países envolvidos no processo de
Paz em Angola e Moçambique e à abolição do "apartheid" na
África do Sul, visando a caminho para uma era de Paz e
cooperação em toda a África Austral com futuros próximos.

“É nossa intenção estabelecer e desenvolver um programa no período 1990-95 que conduza o nosso País à Paz, à estabilidade política, à recuperação económica e à mais ampla participação democrática dos cidadãos na realização dos objectivos nacionais.”

O Partido do Congresso...
resolução do conflito angolano, inspeção ao Plano de Paz do
Governo da República Popular de Angola.

POVO ANGOLANO CAMARADAS E COMPATRIOTAS

O ano de 1989, que agora chega ao fim, foi marcado por vários acontecimentos de transcendente importância e significado histórico, que poderão determinar uma viragem decisiva nas relações internacionais e na própria configuração geo-política mundial.

A África Austral, por exemplo, deixou de ser um perigoso foco de tensão internacional, após as batalhas do Cuito-Cuanavale, Tchiva e outras e a conclusão dos Acordos de Nova Iorque em Dezembro de 1988. Em resultado destes Acordos a Namíbia caminha para a Independência e há um relativo desanuviamento da tensão militar, com influência positiva na situação interna de Angola, de Moçambique e da África do Sul.

A tendência para a Paz e a estabilidade é irreversível e as transformações políticas em curso conduzirão necessariamente à Paz em Angola e Moçambique e à abolição do 'apartheid' na África do Sul, abrindo o caminho para uma era de Paz e cooperação em toda a África Austral num futuro próximo.

Tendo diminuído neste contexto os factores externos que desnaturam o conflito interno em Angola, e interpretando o sentimento de todo o Povo angolano no sentido de se terminar com a guerra e se encontrar uma solução justa para uma Paz digna e duradoura, o nosso Governo elaborou o Plano Interno de Paz, que foi aprovado em Luanda por oito Chefes de Estado africanos e cujos princípios foram aceites em Gbadolite por Jonas Savimbi na presença de 18 Chefes de Estado africanos.

O Acordo de Gbadolite é assim uma plataforma africana para a resolução do conflito angolano, inspirada no Plano de Paz do Governo da República Popular de Angola.

A esperança de Paz que se acendeu com esse acordo em 22 de Junho passado foi infelizmente apagada de forma leviana e irresponsável com a continuação da guerra e de acções terroristas por parte da Unita, sob instigação de interesses estrangeiros.

Os Estados Unidos da América anunciaram publicamente e aumentaram o seu apoio militar e político-diplomático à Unita, interferindo directamente nos assuntos internos de Angola. Por outro lado, elaboraram uma fórmula para o caso de Angola que não tem em conta a vontade africana nem as condições específicas do nosso País.

Essa fórmula inclui os conceitos de multipartidarismo, negociações MPLA-UNITA, ignorando a existência do Governo angolano, revisão constitucional, etc., que contrariam os princípios aprovados em Gbadolite. Deste modo os EUA criaram um sério impasse neste processo e aumentaram as dificuldades da mediação africana.

Entretanto recebemos da parte de Sua Excelência o Presidente Mobutu Sese Seko uma proposta de cessar-fogo para implementação urgente após acordo prévio. Não aceitámos essa proposta por duas razões essenciais.

Em primeiro lugar, porque a base política que fundamenta o cessar-fogo omite os princípios mais importantes aprovados em Gbadolite. Em segundo lugar, porque o mecanismo de verificação e controlo preconizado serve para uma guerra de tipo convencional e não para uma guerra irregular ou de guerrilha e além disso colide com aspectos da soberania do Estado angolano.

Na nossa contra-proposta, que já foi entregue, reiterámos que aceitamos o princípio do cessar-fogo no contexto de todos os princípios acordados em Gbadolite e apresentámos um mecanismo mais simples e ágil de controlo da observância do cessar-fogo nas condições específicas da República Popular de Angola.

É nossa intenção estabelecer e desenvolver um programa no período 1990-95 que conduza o nosso País à Paz, à estabilidade

A esperança de Paz que se acendeu com esse acordo em 22 de Junho passado foi infelizmente apagada de forma leviana e irresponsável com a continuação da guerra e de acções terroristas por parte da Unita, sob instigação de interesses estrangeiros.

Os Estados Unidos da América anunciaram publicamente e aumentaram o seu apoio militar e político-diplomático à Unita, interferindo directamente nos assuntos internos de Angola. Por outro lado, elaboraram uma fórmula para o caso de Angola que não tem em conta a vontade africana nem as condições específicas do nosso País.

Essa fórmula inclui os conceitos de multipartidarismo, negociações MPLA-UNITA, ignorando a existência do Governo angolano, revisão constitucional, etc., que contrariam os princípios aprovados em Gbadolite. Deste modo os EUA criaram um sério impasse neste processo e aumentaram as dificuldades da mediação africana.

Entretanto recebemos da parte de Sua Excelência o Presidente Mobutu Sese Seko uma proposta de cessar-fogo para implementação urgente após acordo prévio. Não aceitámos essa proposta por duas razões essenciais.

Em primeiro lugar, porque a base política que fundamenta o cessar-fogo omite os princípios mais importantes aprovados em Gbadolite. Em segundo lugar, porque o mecanismo de verificação e controlo preconizado serve para uma guerra de tipo convencional e não para uma guerra irregular ou de guerrilha e além disso colide com aspectos da soberania do Estado angolano.

Na nossa contra-proposta, que já foi entregue, reiterámos que aceitamos o princípio do cessar-fogo no contexto de todos os princípios acordados em Gbadolite e apresentámos um mecanismo mais simples e ágil de controlo da observância do cessar-fogo nas condições específicas da República Popular de Angola.

É nossa intenção estabelecer e desenvolver um programa no período 1990-95 que conduza o nosso País à Paz, à estabilidade

política, à recuperação económica e à mais ampla participação democrática dos cidadãos na realização dos objectivos nacionais.

Por essa razão referi há pouco tempo a necessidade de se enriquecer o conteúdo do nosso Plano de Paz, que inspirou o Acordo de Gbadolite.

Na realidade, penso que se a nossa proposta de cessar-fogo for basicamente aceite, os passos que teremos de dar a seguir no domínio militar são:

1. enquadrar todos os elementos armados que até então combatiam contra o Estado no Exército Nacional, voluntariamente e em moldes a definir de modo que cumpram o serviço militar nos termos da Lei;
2. continuar a desenvolver as Forças Armadas para garantir a defesa da Pátria, da integridade territorial e o controlo das fronteiras nacionais;
3. proceder ao levantamento e destruição de todos os campos de minas militares no território nacional e criar as condições de segurança para a circulação das pessoas e bens;
4. assegurar o regresso voluntário das pessoas deslocadas aos pontos de origem e a estabilização da vida dos camponeses.

Nos primeiros dias do mês de Setembro deste ano introduzimos na nossa terminologia política a noção do pluralismo de ideias nos Órgãos do Poder do Estado. Queríamos com isto vincar de forma categórica a necessidade do aumento nesses órgãos do número de Deputados não-membros do MPLA - Partido do Trabalho, para assegurar a expressão de outras opiniões, interesses e aspirações que existam na nossa sociedade, não por razões externas, mas por causa da sua própria evolução.

Para alcançar este objectivo, pretendemos seguir duas vias principais. A primeira é aperfeiçoar o nosso sistema político através de uma definição e delimitação mais claras do papel do

Partido, da função do Estado e da participação da Sociedade Civil na consolidação da Nação e na construção da nova sociedade.

A segunda será estimular e criar condições para o desenvolvimento progressivo da Sociedade Civil, libertando a criatividade dos cidadãos, individualmente ou associados, na resolução dos problemas sociais dentro da ordem estabelecida.

Neste contexto, iremos consagrar em diploma legal a autonomia e a liberdade de acção das organizações sociais e de massas e das associações sócio-profissionais e eliminar paulatinamente o excesso de zelo dos órgãos do Partido e a tendência para confundir as organizações sociais e de massas com os organismos do Partido.

No seio destas organizações poderão ser apontados cidadãos não-membros do Partidos como candidatos a Deputado para qualquer nível dos Órgãos do Poder do Estado. Não pretendemos excluir também o surgimento de candidatos independentes aos órgãos do Poder local do Estado, numa primeira fase, desde que tenham um significativo apoio popular.

A lei eleitoral poderá assim vir a ser reajustada para satisfazer estas e outras necessidades actuais.

Finalmente, com estas medidas, pretende-se valorizar e dignificar a participação dos filhos e filhas de Angola nos assuntos da Nação, de acordo com a Lei, e este nobre objectivo não pode ser alcançado sem ampliar cada vez mais a Democracia, à medida que amadureçam as condições e tendo em conta a concreta realidade histórica angolana.

Aceite já entre nós o princípio de que a Democracia tanto pode ser praticada no sistema político do Partido único como no sistema político multi-partidário, resta-nos concluir que a história recente de Angola nos ensina que só o sistema de Partido único serve de modo realista ao nosso País nesta etapa histórica.

Ao mesmo tempo que impulsionará a ampliação da Democracia, o MPLA - Partido do Trabalho será a força unificadora da sociedade

e a vanguarda política de todo o Povo trabalhador. Orientará o Estado e a sociedade sem interferir directamente na administração do Estado e das empresas. Concretizará as suas idéias e orientações através do trabalho exemplar, da força moral e do trabalho político de persuasão dos seus membros. Colocará à consideração dos seus membros a necessidade de alargar o espaço social da sua implantação, com a eventual admissão nas suas fileiras de cidadãos que sejam religiosos, pequenos proprietários, que desenvolvam pequenas actividades económicas nos termos da Lei e dos indivíduos que outrora pertenceram a outras formações políticas em condições a definir nos Estatutos.

Aumentarão assim as responsabilidades do Partido e, para o cumprimento com êxito da sua missão histórica, ele terá que adequar-se às novas exigências, fortalecendo a sua acção em todos os domínios e aprofundando o Centralismo e a Democracia na sua vida interna.

Neste sentido deverá ser melhorado o acesso por cada membro à informação sobre a actividade do Partido e deverão ser criadas as condições para a eleição de organismos dirigentes representativos, que correspondam às aspirações das bases militantes a todos os níveis, e órgãos executivos dotados de grande capacidade técnica e autoridade política e moral, acelerando-se, por outro lado, a desburocratização do trabalho do Partido.

As intenções que anuncio agora constam das teses do MPLA - Partido do Trabalho que serão submetidas à ampla discussão democrática e organizada dos membros do Partido, quando se tratar da sua vida interna, e de todos os sectores da sociedade para as restantes teses.

O reajustamento que se preconiza não implica o abandono da nossa opção pelo Socialismo e envolve apenas uma adequação dos métodos de aplicação dos princípios socialistas à actual realidade angolana. Ele não é ditado por influências ou pressões externas, mas sim pela nossa própria dinâmica interna de desenvolvimento.

Foi nesse quadro, por exemplo, que se iniciaram neste último trimestre as reuniões de balanço da actividade dos diferentes ministérios, que permitiram detectar importantes falhas e irregularidades que importa atacar de imediato, antes mesmo de se dar continuidade a todo esse amplo processo de transparência governativa.

Este processo estará no futuro vinculado à Assembleia do Povo (o nosso Parlamento), no âmbito da prestação de contas do Executivo aos Deputados.

Nesta perspectiva será implantado o novo Sistema Unificado de Justiça, que afirmará o princípio da independência do poder judicial em relação ao legislativo e ao executivo.

No domínio económico, é nosso objectivo declarado ir acabando paulatinamente com os métodos administrativos de gestão, criar as condições económico-financeiras que permitam libertar a iniciativa empresarial e fazer funcionar estímulos económicos, ao mesmo tempo em que procuramos reestruturar os órgãos executivos do aparelho do Estado, reduzindo a burocracia e aumentando a eficácia do Governo na concretização prática dos objectivos traçados.

Temos estado a avançar lenta mas seguramente e, apesar da complexidade do processo, vamos prosseguir nessa via.

O saneamento político ou as reformas políticas que o III Congresso determinar virão completar o Saneamento Económico-Financeiro ou as reformas económicas que estão em curso no País, em conformidade com as orientações do Congresso anterior.

CAMARADAS E COMPATRIOTAS

Com a vitória eleitoral da SWAPO na Namíbia, e com as alterações de algum impacto que as autoridades sul-africanas se têm visto obrigadas a empreender no seu próprio país, em razão

da actuação cada vez mais eficaz do ANC e de outras forças patrióticas e também da comunidade internacional, começa a esboçar-se uma nova era de estabilidade na região, capaz de consolidar no futuro um clima de paz e desenvolvimento na África Austral.

Só nesse clima será possível aos nossos Povos enfrentar com êxito os novos desafios que certamente se irão colocar com a prevista criação de um novo espaço comum europeu, envolvendo já os países da Comunidade Socialista, e com a crescente agressividade económica do Japão e de outros países asiáticos.

Num espírito de paz e cooperação, o imenso potencial económico da nossa região permitirá de forma segura e articulada o desenvolvimento harmonioso dos nossos países, abrindo uma nova era de progresso e prosperidade para os nossos povos e para todo o Continente.

Por isso mesmo é nosso dever mobilizaar todas as nossas energias para vencer os últimos obstáculos que ainda se erguem no nosso caminho para a Paz, que são a intransigência dos EUA no seu apoio aos bandos da Unita e a consequente continuação da guerra em Angola.

Exortamos assim os heróicos combatentes das FAPLA e todo o Povo angolano a prosseguirem ainda com maior decisão os seus esforços e sacrifícios para se acelerar o fim da guerra e conquistarmos a Paz, pois só assim poderemos transformar de forma radical o destino de todos nós.

E é com legítimo orgulho que nesta data saudamos em nome do Povo, do Partido e do Governo todos aqueles que nas frentes militares cumprem o seu sagrado dever, garantindo a integridade do nosso solo, a defesa das populações e das conquistas por estas já alcançadas e a soberania da Nação.

Uma palavra especial vai também para os mutilados e veteranos de guerra, que ainda hoje sentem na carne e no espírito o alto custo da entrega generosa das suas próprias vidas à luta por tão

nobres e elevados ideais. Que a sociedade reconheça sempre a sua contribuição e os seus méritos.

Termino, resumindo que as ideais que enriquecem o nosso Plano de Paz e o Acordo de Gbadolite são:

1. Reconhecimento da soberania do Estado e da legitimidade do Governo angolano.
2. Cessar-fogo e criação das condições de segurança para a circulação de pessoas e bens.
3. Desenvolvimento do Exército Nacional.
4. Garantias legais para a participação de todos os filhos filhas de Angola nos assuntos da Nação.
5. Promulgação de uma lei sobre associações.
6. Recenseamento Geral da população.
7. Revisão da Lei Eleitoral e criação das condições para a realização de eleições em todo o território nacional.
8. Recuperação económica.

Que estas intenções sejam bem explicadas e entendidas por todos os angolanos de boa vontade. Que o ano de 1990 seja o último da longa caminhada que nos conduza à completa instauração da Paz, ponto de partida para o progresso e desenvolvimento do nosso querido País, são os votos sinceros que dirijo a todos os angolanos, onde quer que se encontrem.

FESTAS FELIZES.

1990 - ANO DO III CONGRESSO DO PARTIDO E DA
AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA.



Mensagem da Direcção do
MPLA - Partido do Trabalho a sua Excelência
o Presidente José Eduardo dos Santos
por ocasião do fim do ano de 1989.

“SABEREMOS ENCONTRAR OS CAMINHOS
QUE NOS CONDUZAM À PAZ DURADOURA”

MENSAGEM DA DIRECÇÃO DO MPLA-PARTIDO DO TRABALHO,
POR OCASIÃO DO FIM DO ANO DE 1989, A SUA EXCELENCIA
O PRESIDENTE JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

CAMARADA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS
PRESIDENTE DO MPLA - PARTIDO DO TRABALHO
DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
E COMANDANTE-EMCHEFE DAS FAPLA
CAROS CONVIDADOS,
CAMARADAS:

No dealbar do ano de 1990, tenho a elevada honra de exprimir ao mais alto mandatário da Nação, em nome da direcção do Partido e Governo, e de todos os organismos e entidades participantes nesta cerimónia, o voto sincero de Festas Felizes e um Novo Ano que traga a materialização das mais ardentes aspirações do Povo Angolano.

O ano de 1989 ficou assinalado no campo da política interna e externa da República Popular de Angola por factos de extrema relevância que vieram demonstrar, uma vez mais, o inquebrantável apego do nosso povo à independência e à paz e a determinação na luta pela defesa intransigente dos nossos direitos fundamentais.

Com efeito, se o ano de 1989 ficou registado na história do nosso País como o ano da assinatura dos acordos de Nova Iorque que abriram caminho para a descolonização na Namíbia e para o avanço do processo de paz em Angola, na base do plano interno do nosso Governo, 1989 para maior alegria do povo angolano, viu reunirem-se as condições para as históricas Cimeiras de Luanda, Gbadolite, Harare e Kinshasa onde, com o apoio de toda a África independente, passos importantes foram dados com vista à cessação da guerra e a harmonização de todo o Povo.

A obstinada continuação das ingerências nos assuntos internos do nosso país, sobretudo por parte da Administração norte-americana e a comprovada má-fé do chefe da Unita em obediência a interesses estrangeiros, constituem ainda um obstáculo à paz definitiva, não obstante as resoluções aprovadas pela Organização de Unidade Africana, o apoio unânime do Movimento dos Países Não-Alinhados e da comunidade das Nações em geral.

A situação interna continua assim a ser manchada pela actividade criminosa da Unita, apoiada pelos seus patrões de sempre, apesar dos avanços alcançados com a distensão, caracterizada pela busca da solução negociada dos problemas, o desarmamento e um novo clima que progressivamente se estabelece nas relações internacionais.

Só a determinação das FAPLA e de todo o Povo sob direcção do MPLA - Partido do Trabalho e do Camarada Presidente José Eduardo dos Santos, têm garantido a nossa sobrevivência como país livre e independente. Nesta acção gloriosa e consequente tem-se distinguido a juventude angolana que, dando o melhor de si tem sabido conquistar louros para o país no domínio da defesa, da produção, do estudo e em tantos outros, como por exemplo aconteceu recentemente com a conquista do Campeonato Africano de Basquetebol seniores masculinos e o 3.º lugar no Campeonato de Andebol feminino. São proezas que fazem a admiração de todo o Mundo pois elas se realizam pelo nosso país jovem, apesar de todas as dificuldades que se levantam na nossa trajectória, empolgando todo o povo para fazer frente a novos desafios e ocupar um lugar de prestígio no Mundo.

CAMARADA PRESIDENTE, CAROS CAMARADAS,

Foi graças à nossa perspicácia, flexibilidade política, determinação, vigilância e firmeza de princípios que conseguimos vitórias em 1961 quando iniciámos a luta armada, em 1975, quando conquistamos a independência, em 1976 quando escorraçamos as tropas estrangeiras e mercenárias e em 1988 quando vencemos no Cuito-Cuanavale levando os belicistas a assinatura dos acordos de Nova Iorque.

Hoje, Camarada Presidente, continuamos cientes de que apesar dos sacrifícios que ainda nos são impostos saberemos, sob a direcção do MPLA - Partido do Trabalho e do nosso querido Camarada Presidente José Eduardo dos Santos, encontrar os caminhos que nos conduzam à paz digna e duradoura, pela qual temos vindo ainda a morrer e a consentir os maiores sacrifícios ao longo de todos estes anos.

A sua acção pessoal no que se refere à reorganização e reforço do Partido e à dinamização do aparelho do Estado, tem o sopro que insufla nova vitalidade a todas as estruturas, de que constituem claros exemplos as reuniões efectuadas sobre a Informação e os recentes balanços aos diferentes órgãos da nossa governação. A análise equilibrada dos problemas, a sua discussão num clima sereno, aberto e franco, o alargamento do debate a todas as camadas da Sociedade Angolana que são chamadas a dar uma participação efectiva neste processo, instauraram já um clima de confiança total que dia a dia mais se consolida pelo afinco demonstrado com múltiplas iniciativas no campo político e diplomático, com vista à conquista da paz na unidade nacional e a acção incansável no sentido do relançamento da economia e solução dos problemas do povo, no quadro do Programa de Saneamento Económico e Financeiro em curso.

Os dez anos de governação há alguns meses completados, podemos reafirmá-lo nesta ocasião, Camarada Presidente, foram sem dúvida alguma de dedicação extrema à causa da Pátria e da Revolução e é justo que ao finda 1989, merecidamente possa sentir a satisfação do dever cumprido.

Neste particular, e em nome de uma postura autocrítica que deve guiar a conduta de militante do nosso Partido, é justo destacar que entre nós foi o Camarada Presidente o primeiro a cumprir o que tinha sido antecipadamente programado em relação aos necessários e frutíferos debates com as bases, sobre assuntos diversos da vida nacional e internacional

Que o seu exemplo, Camarada Presidente, seja seguido por todos nós, na perspectiva de uma aproximação cada vez maior e sistemática entre o topo e a base, pois só através da auscultação das preocupações das massas, podemos ter uma visão real e correcta dos problemas do povo.

CAMARADA PRESIDENTE

O actual panorama político internacional tem sido marcado nos últimos tempos por transformações políticas profundas que têm na base realidades objectivas, concretas e diferentes de povo para povo.

É inquestionável que o melhoramento das relações entre a União Soviética e os Estados Unidos da América contribuiu sobremaneira, para que o diálogo e a harmonização estejam hoje progressivamente a substituir a confrontação no relacionamento, entre os Estados, por um lado, e no interior dos Estados, por outro, não obstante os desmandos que se verificam ainda por parte de algumas potências, como aconteceu recentemente com a invasão do Panamá.

Começa já a ser habitual a idéia de que a defesa da paz no nosso planeta é um imperativo da nossa época e deve ser assumida por todos os homens, independentemente das suas concepções políticas, ideológicas ou religiosas.

A República Popular de Angola, enquanto realidade político-social, saberá igualmente colocar-se à altura das suas responsabilidades contribuindo, naquilo e na medida das suas possibilidades para a preservação de uma vida na terra, sadia e em concórdia.

CAMARADA PRESIDENTE, CAMARADAS:

1990 será o início de mais uma década que auguramos próspera. Nesta quadra festiva, em que os alvares do Novo Ano fazem palpitar no coração do Povo Angolano e esperança de uma paz justa no futuro de trabalho e luta que as nossas próprias mãos vão construindo, queremos reafirmar ao Camarada Presidente o nosso total empenho em prosseguir a caminhada, a fim de fazermos da pátria de neto uma pátria de trabalhadores, rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

1982

(R)

Comprometemo-nos, Camarada Presidente, no ano que dentro de momentos se inicia, a estar ali on o nosso saber e energia forem necessárias, no esforço da reconstrução nacional.

Gostaria também de exprimir ao Camarada Presidente o nosso apreço pela forma como até aqui tem conduzido os destinos da Nação Angolana, no plano interno e externo, em prol da defesa da nossa independência e liberdade, e do progresso social do povo angolano.

O seu empenho pessoal e perspicácia na solução de inúmeros problemas do país, o que há lhe valeu, justamente o grande prestígio de que goza no seio do nosso povo, dá-nos a inspiração necessária para caminharmos com firmeza e com maior prontidão, mesmo quando confrontados com situações complexas.

A sí, Camarada Presidente, renovamos os votos de longa vida e muita saúde no próximo ano, na certeza de que sob a sua clarividente direcção está plenamente assegurada a defesa dos superiores interesses do Povo Angolano.

**A LUTA CONTINUA.
A VITÓRIA É CERTA.**



**EMBAIXADA
DA
REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
1000 LISBOA — PORTUGAL**

1902